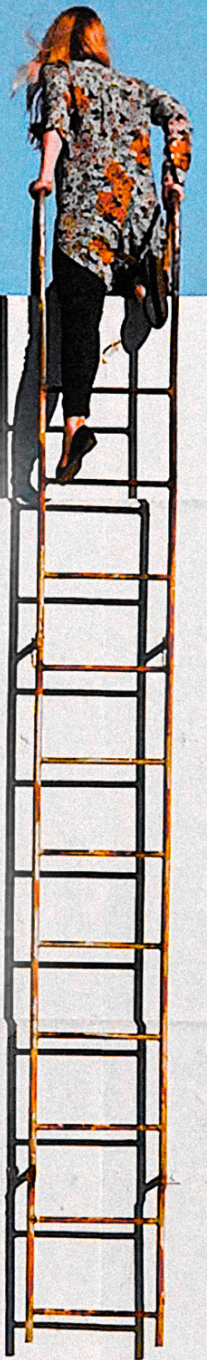


GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Profª Drª Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Profª. Drª. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Profª Drª Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Profª Drª Joana Maria Pedro (UFSC)

Profª Drª Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Profª Drª Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Profª Drª Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

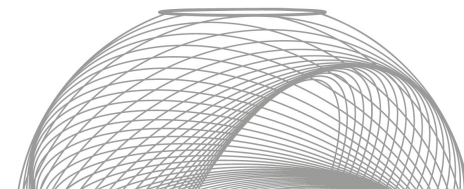
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

Prefácio.....	12
----------------------	-----------

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....	13
--	-----------

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....	30
--	-----------

Iná Elias de Castro (UFRJ)

Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....	46
---	-----------

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....	66
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....	75
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica	89
--	-----------

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111	
--	--

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos “Povos Sem História”.....130

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia

Eleitoral.....147

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das Ações em um Contexto de Emergência.....174

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....195

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-

Americanos215

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da Geografia Política.....230

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da Funcionalidade.....254

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....278

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....	298
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....	313
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....	335
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....	347
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....	368
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....	396
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....	416
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
Sobre os Autores.....	438

PARTE III

HOT SPOTS

1

EUROPA: RETOMANDO O CONTROLE? A LIÇÃO DO BREXIT PARA A GEOPOLÍTICA CLÁSSICA⁸⁸

John Agnew
Universidade da Califórnia em Los Angeles
jagnew@geog.ucla.edu

O referendo do Reino Unido sobre a saída da União Europeia (UE), em 2016, baseou-se na questão de recuperar um controle ou soberania presumidos que haviam sido perdidos com a adesão a essa organização supranacional. As negociações subsequentes sobre a saída concentraram-se em como desvincular o Reino Unido das regras e da autoridade regulatória da UE. Isso acabou sendo muito difícil. Grande parte desse caso reflete o fato de que a própria soberania é inevitavelmente contingente. Somente em poucos casos históricos, geralmente associados a regimes autárquicos exercendo controle sobre grandes impérios territoriais, alguma forma de soberania territorial absoluta se aproximou da realidade. O objetivo deste capítulo é usar o caso do *Brexit* para examinar como é problemático pensar sobre a soberania como singularmente territorial, perspectiva que ainda sustenta o que é considerada como geopolítica clássica. Como resultado, a experiência do *Brexit* sugere que um pilar importante dessa tradição é inerentemente problemático.

Os significados entrelaçados dados às palavras soberania e território representam a raiz do problema. Na língua inglesa e na tradição política inglesa e anglo-americana mais ampla desde o século XVII, as duas palavras foram ligadas. Sob a influência hegemônica dessa estrutura intelectual, espalhou-se pelo mundo junto à associação enganosa de “autodeterminação nacional” com democracia. Uma base normativa adicional é, assim, dada à ligação de soberania e território. Como consequência, a geografia da soberania, isto é, como a soberania pode ser organizada espacialmente, acabou sendo reduzida ao território. O território, por sua vez, é lido como o espaço limitado de um Estado, em vez de receber o uso mais pluralista favorecido por muitas

88 Texto traduzido por Felipe Soares (GEA/UnB) e supervisão de Daniel A. de Azevedo (UnB).

outras línguas, como o francês, português, espanhol ou italiano, em que pode ser, por exemplo, sinônimo de lugar. Nesses idiomas, “território” não tem associação necessária ou inevitável com a condição de Estado.

Começo com uma breve discussão sobre a geografia da soberania, usando a ideia de “regimes de soberania” para argumentar que a correspondência entre soberania e território há muito tempo tem sido apenas uma das formas pelas quais a soberania tem sido organizada e expressa geograficamente. Eu me debruço, então, em um esboço das maneiras pelas quais as reivindicações de soberania territorial e suas limitações figuraram no debate do *Brexit* antes e depois do referendo de 2016. Isso de modo algum é único para o caso britânico, mas reflete uma confluência muito mais longa e mundial que deve ser abertamente desafiada se não quisermos retroceder para um mundo de soberanias territoriais em competição em que uma ideologia enganosa determina nosso destino coletivo.

Regimes de Soberania

Toda a lógica da soberania estatal baseia-se nos espaços atemporais da soberania territorial estatal que, uma vez estabelecidos, são tomados como pressupostos permanentes. Até recentemente, grande parte do debate sobre a soberania do Estado baseava-se na ideia da “persistência *versus* desaparecimento do Estado territorial como a principal forma de organização política no sistema Westfaliano” (Gazit, 2018, p.223). Pouca ou nenhuma atenção foi dada ao passado e ao presente imperfeito da soberania no mundo como de fato é, mas, ao contrário, o mundo era tomado como um decreto legal ou a partir do empirismo “vamos fingir” de um mundo de Estados “iguais”. O próprio sistema tão ritualmente invocado para datar o início presumido da soberania estatal moderna nunca foi imaginado como

um sistema de Estados territoriais soberanos mutuamente reconhecidos; tornou-se o padrão que os Estados europeus subsequentemente mantiveram à medida que se expandiram globalmente [por meio do império]. O modelo Westfaliano também imaginava que o sistema internacional se manteria por meio de um sistema coordenado de direito internacional, tratados e trocas diplomáticas (Howland; White 2009, p.3).

Este é o “mito de 1648”. Sua origem, na verdade, está em restringir o domínio do papado e de outras autoridades sobrepostas em toda a Europa Ocidental. Também proporcionou a base para a explosão do colonialismo competitivo dentro e fora da Europa por parte dos Estados recém-criados, mesmo que alguns tivessem núcleos históricos de grupos étnicos e monarquias que poderiam usá-los para se expandir próximo e distante. O sistema de Estado europeu nasceu com e em um mundo que foi mais feito pelo colonialismo e expansão comercial do que pela delimitação de fronteiras territoriais com vizinhos tranquilos. A exclusividade territorial, por exem-

plo, baseava-se na importação para casa de estratégias de mapeamento e partição desenvolvidas no exterior (Branch, 2010). Por sua vez, com o declínio dos impérios coloniais europeus como um subproduto das guerras mundiais e das lutas nacionalistas-democráticas, “um povo só poderia se tornar soberano como forma estatal” (Howland; White, 2009, p.10), mesmo quando “as populações eram diversas e muitas vezes divididas, e os territórios tinham fronteiras indistintas”.

A contingência de longa data da soberania também tem raízes poderosas na natureza hierárquica do sistema estatal desde o século XIX. Dois aspectos disso merecem atenção. O primeiro, é a maneira pela qual certos Estados poderosos (e grupos de interesse, como empresas) definiram o direito internacional em termos de normas legais e práticas que privilegiavam os direitos de propriedade privada em todo o mundo, independentemente da jurisdição nominal onde tais direitos pudessem ser encontrados. A conversão de terras para fins úteis por meio do trabalho era a justificativa usual para impor direitos de propriedade definidos em territórios coloniais onde eles eram coletivos ou inexistentes (Koskenniemi, 2017). O território doméstico era simplesmente muito limitado para facilitar a acumulação de recursos e capital que a expansão colonial poderia fornecer. Quando surgiam disputas de propriedade, eram resolvidas inevitavelmente por conta da vontade da parte mais poderosa, com os investimentos e advogados para fazer valer suas reivindicações. Assim, a soberania e a propriedade sempre operaram juntas para limitar a soberania de alguns e expandí-la para outros.

Ignorar o acoplamento desses dois conceitos/práticas – soberania e propriedade – tem sido há muito tempo uma forma de manter a ficção de igualdade entre os Estados. Com a globalização da produção global e serviços financeiros, intensificando-se desde a década de 1970, se dificilmente ausente antes, os centros globais como Nova York e Londres tornaram-se centros para a aplicação dos direitos de propriedade globais em todo o mundo. Corporações e associações comerciais exercem poderes que são semelhantes aos dos Estados, mas muitas vezes ainda maiores em escopo geográfico e influência (Garrett, 2008). Alguns atores sempre são mais soberanos do que outros. Suas identidades e locais mudam ao longo do tempo.

A segunda raiz reside na dominação militar-política de alguns Estados em relação a outros. Os Estados não nascem iguais, nem uma posição dominante em relação aos outros pode estar igualmente disponível para todos (Agnew; Corbridge, 1995). A longa trajetória de invasões e intervenções pelas chamadas Grandes Potências, da Grã-Bretanha e França aos Estados Unidos e Rússia, sugere o quão fictício é limitar o exercício dos poderes soberanos às fronteiras dos blocos coloridos de espaço no mapa político mundial. Os poderes soberanos podem ser projetados sobre o espaço por meio de alianças e redes de base que geralmente envolvem a jurisdição extraterritorial do poder distante superando o local. A soberania, portanto, viaja pelo espaço para alguns, mas não para outros.

Em uma publicação anterior (Agnew, 2018), desenvolvi uma tipologia do principais modos pelos quais a soberania efetiva é exercida, levando em conta (1) sua construção política; (2) sua associação frequente com subordinação hierárquica; e (3) seu uso em formas territoriais e não territoriais. Duas dimensões básicas da tipologia são definidas pelo que chamo de força relativa da autoridade central do estado (po-

der despótico do Estado) em um eixo e sua consolidação relativa na territorialidade do Estado (poder infraestrutural do Estado) no outro. O primeiro envolve o julgamento sobre a extensão em que um Estado adquiriu e mantém um aparato efetivo e legítimo de governo. O último refere-se ao grau em que a provisão de bens públicos e a operação de mercados são fortemente regulamentadas pelo Estado e limitadas territorialmente. Consideradas como construções políticas, essas dimensões definem tanto o grau de autonomia de um Estado (autodirecionamento) quanto o grau em que ele é estreitamente territorial ou expansivo além de suas fronteiras na prática. Intersectando as continuidades em vez de categorias discretas, quatro casos extremos podem ser identificados como tipos ideais de “regime de soberania”. Estes são essencialmente relacionais, referindo-se a como a soberania é exercida efetivamente ao longo do tempo e do espaço, em vez de categorias discretas em que os Estados existentes podem ser perfeitamente encaixados.

Por *regime*, entende-se um cálculo dominante de regras em relação a um determinado Estado ou a conjunto de Estados. Nesse sentido, o termo ancora a soberania na autoridade baseada no Estado, porém, faz isso em pleno reconhecimento do papel de outras fontes de autoridade que operam além do escopo do Estado em questão. Essa utilização deve ser claramente distinguida daquela que usa o termo regime para se referir apenas a acordos explícitos entre Estados em determinadas áreas, embora tais acordos, na medida em que envolvem compartilhamento (*pooling*) de soberania, também sejam abrangidos por esta concepção do termo.

Dos quatro casos exemplares, o exemplo clássico é o mais próximo da história frequentemente contada sobre a chamada soberania do Estado de Westphalia, embora mesmo aqui possa haver complicações (por exemplo, Hong Kong e Taiwan para a China). O sentido é de um poder despótico e infraestrutural ainda amplamente implantado dentro de um território estatal limitado (mesmo que cada vez mais dependente de investimento estrangeiro direto e mercados no exterior para suas exportações) e um alto grau de autoridade política central efetiva do Estado.

Em termos político-econômicos amplos, a soberania clássica é, talvez, melhor pensada como semelhante à doutrina do mercantilismo em sua totalização das fronteiras territoriais e sua ênfase na regulamentação central do Estado de todas as transações que entram e saem do seu território doméstico. A China contemporânea é um bom caso de teste para saber quanto tempo tal soberania territorial absoluta pode sobreviver às pressões pela divisibilidade e à necessidade de estabelecer a legitimidade democrática, monetária e empresarial do Estado quando cada vez mais aberto ao resto do mundo. Movimentos recentes (como a política *One Belt, One Road* para investir fora da China em grandes projetos de infraestrutura) sugerem que, mesmo enquanto aconselha a favor da proteção de sua própria soberania territorial (e até mesmo expandindo-a, como no Mar da China Meridional), o Estado chinês também realiza um amplo conjunto de intervenções na soberania de outros países.

O segundo caso se assemelha mais a uma história que enfatiza a hierarquia na política mundial, mas com alcance em rede sobre o espaço que cada vez mais suplementa ou substitui o controle territorial direto. Esse regime imperialista é, em todos os aspectos, o oposto exato do caso clássico. Não apenas a autoridade central do Estado está seriamente em questão devido à dependência e manipulação externa,

bem como à corrupção e má administração crônica, mas a territorialidade do Estado também está sujeita a ameaças separatistas, insurgências locais e integração infraestrutural insuficiente. O poder infraestrutural é fraco ou inexistente, e o poder despótico muitas vezes está efetivamente nas mãos externas (incluindo instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, bem como Estados mais distantes e poderosos). É imperialista, apesar de também dependente do consentimento e cooperação das elites locais, porque a prática da soberania está inelutavelmente ligada ao *status* político econômico que muitos Estados enfrentam nas regiões, como no Oriente Médio, na África Subsaariana e em partes da América Latina, onde prevalece tal situação. Incursoes territoriais por uma potência externa dominante, como os Estados Unidos na América Central e no Caribe, também podem trazer consigo bases militares permanentes.

Os outros dois casos são menos familiares em relação às perspectivas convencionais e críticas sobre a soberania estatal. O terceiro regime é o integrativo, representado aqui pela União Europeia. Neste caso, a soberania apresenta complexidades relacionadas à coexistência entre diferentes níveis ou camadas de governo e as distintas áreas funcionais que são representadas diferencialmente nos distintos níveis, desde o nível da UE até o Estado-nacional e subnacional regional. Mas, o caráter territorial de algumas de suas infraestruturas de poder é difícil de negar (por exemplo, considere a Política Agrícola Comum da UE), mesmo que a autoridade estatal central para toda a UE e os Estados-membros seja mais fraca do que quando cada um dos Estados era uma entidade independente. É bastante claro que muitos dos Estados fundadores do sistema westfaliano se uniram para criar uma entidade maior e ainda politicamente não classificável que desafia a soberania estatal existente de maneiras funcionalmente complexas e muitas vezes não territoriais. Em muitos aspectos, a UE tem sido um projeto entre elites cuja identidade como “europeus” e interesses em incentivar a integração supranacional como capitalistas e burocratas tornaram-se cada vez mais conflitantes com grandes segmentos da opinião pública nos Estados-membros. Portanto, é problemático saber se acordos integrativos, como a UE, são estados permanentes de coisas. O referendo britânico de 2016 sobre a decisão de deixar a UE e a crise da zona do euro como resultado das consequências da recessão econômica de 2008-2009 colocaram todo o projeto do bloco em questão como nunca.

Por fim, o quarto regime é o globalista. Talvez o melhor exemplo atual disso seja a soberania efetiva exercida pelos Estados Unidos e por outros atores sob hegemonia nominal dos EUA, como estúdios de Hollywood, bancos e bolsas de valores, quando inscreve outros Estados em suas políticas. Certamente, a Grã-Bretanha no século XIX também seguiu uma versão desse regime. Mas, em ambos os casos, foram feitas tentativas de recrutar no regime outros Estados, por cooptação e consentimento, mas também por coerção. De fato, a globalização pode ser vista como o processo (juntamente com mudanças tecnológicas e econômicas necessárias) de inscrever Estados e outros atores no regime de soberania globalista. Com o tempo, uma classe de proprietários globais dedicados ao regime globalista complementa cada vez mais o papel do Estado hegemônico. Do ponto de vista dessa perspectiva, o Estado globalista depende da hegemonia, no sentido de uma mistura de coerção potencial e consentimento ativo, para alinhar outros, especialmente aqueles cujos interesses materiais e ideológicos se alinham com ele, independentemente de sua nacionalidade ou

status de Estado, com seus objetivos. A revolução nas tecnologias da informação e telecomunicações aliou-se ao fim do sistema monetário de Bretton Woods no início dos anos 1970 para reduzir os custos de transação nos centros financeiros e estimular a desregulamentação dos mercados financeiros, a ponto de as redes que conectam os vários centros financeiros globais (em Nova York, Londres e Tóquio, em particular) terem sido cada vez mais o centro coletivo do regime globalista. Como resultado, esse regime depende mais do que qualquer outro de mecanismos de poder não-territoriais. É sob seus auspícios que os mercados tendem a desafiar a autoridade dos Estados por meio do papel privilegiado da rede de cidades mundiais como um sistema de autoridade e controle.

Embora a autoridade central do Estado americano permaneça relativamente forte (apesar dos problemas do seu constitucionalismo republicano em lidar com seu papel global e as ineficiências amplamente reconhecidas de seus vários governos, federal, estadual e local), sua centralidade na política mundial o coloca entre dois impulsos territoriais conflitantes: um que pressiona para um império disperso e, outro, que empurra para manter os EUA como uma economia territorial aberta. A base de sua hegemonia é um acolhimento histórico de imigrantes, investimentos e bens estrangeiros, além do encorajamento dessas tendências em outros lugares, mas, ao mesmo tempo, está cada vez mais sujeito à sobrecarga fiscal, já que se esforça para intervir globalmente e atender às demandas de sua população por, entre outras coisas, pensões e benefícios de saúde. Esse papel global agora está em questão como nunca antes. Estados que entram no regime globalista, além do hegemônico, não são tão propensos a experimentar a tensão, porque podem restringir seus gastos militares e, assim, se beneficiar do regime, desde que mantenham um grau relativamente alto de autoridade central do Estado. Em outras palavras, as fronteiras abertas podem ser benéficas desde que os Estados mantenham a capacidade potencial de fechá-las. Caso contrário, o perigo é sempre que o regime globalista se torne imperialista para os Estados que não são dominantes.

Soberanias do *Brexit*

Todo o debate do *Brexit*, colocado em termos da escolha política em questão (“Sair” *versus* “Permanecer” na União Europeia), tem sido amplamente ignorante até mesmo da possibilidade de tais complexidades sinalizadas pelos vários regimes de soberania. Tem sido uma questão de soberania clássica ou integrativa, como se essas fossem inteiramente mutuamente exclusivas e sem muita atenção para as outras duas, quando ambas estão centralmente implicadas no dilema geopolítico atual da Grã-Bretanha: imperialista, como de fato esse Estado efetivamente se envolveu por séculos antes de se transformar em uma ilha *offshore* em uma UE alienante e globalista, quando efetivamente construiu a economia financeira de Londres e esvaziou a manufatureira do Reino Unido, desde o amor britânico ao capitalismo neoliberal na década de 1980. No entanto, é possível argumentar que a “escolha” em 2016 nunca foi apenas entre a soberania territorializada clássica, por um lado, e o suposto desaparecimento da Grã-Bretanha em si em uma União Europeia integrada, por

outro. Além da simples posição de permanecer (“*Stay*”), endossando a participação contínua no regime integrativo (mesmo com perguntas sobre sua necessidade de reforma), o “debate” tem sido, de fato, sobre três alternativas ao *status quo* frequentemente defendidas simultaneamente pelo mesmo proponente. Então, mesmo viajando sob a bandeira de uma soberania re-territorializada, outras opções surgiram no debate, mas sem destacar o fato de que elas também requerem o “sacrifício” da soberania que a UE presumivelmente envolve, mas que agora deve ser recuperada.

A primeira opção é a de repatriar a soberania de Bruxelas para Londres. Este é obviamente o objetivo mais central aparente dos chamados *Brexiters* e do ceticismo em relação ao euro em que se baseia. Com o tempo, argumenta-se, desde que se juntou à UE (ou ao Mercado Comum, como era conhecido), uma burocracia europeia cada vez mais poderosa e democraticamente deficiente erodiu a soberania dos governos britânicos sobre o território nacional. É possível argumentar que, se a organização tivesse permanecido como um Mercado Comum, haveria menos reclamação. Mas, à medida que expandiu sua autoridade, especialmente a partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990, produziu políticas cada vez mais projetadas para gerar homogeneidade em toda a UE e, assim, limitar as possibilidades para que a Grã-Bretanha seguisse seu próprio curso. A imprensa sensacionalista (o periódico *Sun*, e assim por diante) tem sido preenchida com histórias há anos lamentando o fim da salsicha inglesa, que teriam parado nas mãos dos eurocratas em Bruxelas.

Dependendo das orientações políticas específicas, preocupações mais sérias incluem a marginalização do Parlamento britânico (e, assim, da chamada soberania parlamentar); a possibilidade de substituir o financiamento para fins nacionais, como o Serviço Nacional de Saúde, por fundos atualmente enviados para a UE; a perspectiva de flexibilizar as regras do bloco sobre práticas de emprego; o fato de que estrangeiros agora possuem grande parte dos ativos do país e a ideia de que fora da UE os governos britânicos poderiam facilmente reestatizar serviços públicos (como ferrovias e agências de água) privatizados desde a década de 1980 (veja, por exemplo, Meek, 2014; Hutton, 2022).

Por trás dessas preocupações, há uma certa imagem ou modelo da Grã-Bretanha “do passado” que era territorializada e autossuficiente. Esta é, em grande parte, a Grã-Bretanha do período de 1945 até a década de 1970, quando a deterioração começou, nesta narrativa, devido à adesão ao que mais tarde se tornou a UE. Se tudo o que deu errado com a economia britânica desde os anos 1970 pode ou não ser atribuído ao bloco é empiricamente problemático, para dizer o mínimo (Meek, 2014; O’Rourke, 2019). No entanto, há plausibilidade na ideia de uma Grã-Bretanha relativamente territorializada durante o período em questão. Os termos “Grã-Bretanha” e “Reino Unido” só se tornaram padrão na política e na escrita histórica após 1945. Como uma série de contas históricas recentes mostram, muito disso relaciona-se ao desenvolvimento de um Estado de bem-estar nacional, um nacionalismo econômico persistente à medida que o império se desintegrou, e a ênfase na identificação e organização de “campeões” econômicos nacionais refletindo um senso exagerado de “gênio inventivo” nacional (Edgerton, 2018). Se uma nostalgia pelo império governou a direita política, a corrente dominante do euroceticismo cresceu na esquerda política, refletindo seu foco na nacionalização dos “meios de produção” (e ilustrada

por disputas sobre a Cláusula IV na Constituição do Partido Trabalhista que exige a nacionalização como estratégia econômica) e dúvidas sobre o federalismo visto como implícito na integração econômica europeia (Hickson; Miles, 2018; Jobson, 2018).

No entanto, a imagem singular de uma entidade territorializada completa posteriormente traída pela defesa do neoliberalismo da Margaret Thatcher e/ou pelo acesso à UE é problemática. Para começar, como David Edgerton (2018) aponta, essa “UK” territorial sempre foi menos coerente do que parecia. Não apenas o *status* da Irlanda do Norte levantou cada vez mais dúvidas sobre a integridade política, particularmente a partir do final dos anos 1960, à medida que o declínio econômico e as demandas por direitos civis da população católica se combinaram para produzir vinte anos de violência, a Escócia e até mesmo o País de Gales estavam cada vez mais inquietos dentro dos confins constitucionais mal definidos do Reino Unido. O resultado do voto do referendo tornou isso ainda mais claro, com a Escócia e a Irlanda do Norte votando com ampla margem de maioria para permanecer na UE em comparação com o voto vencedor de pequena margem para sair na Inglaterra. É claro que a fronteira irlandesa foi completamente esquecida durante a campanha do referendo de 2016, apenas para voltar com força durante as negociações do Brexit com a UE (veja, por exemplo, O’Rourke, 2019).

Com a desindustrialização, até o final dos anos 1960, grandes áreas do norte da Inglaterra, sul do País de Gales e centro da Escócia estavam desesperadas por investimentos de capital, independentemente de sua origem. Empresas estrangeiras começaram, então, a investir como parte da tendência global geral dos modelos de organização da fabricação fordista-territorial aos modelos de cadeia de fornecimento estendidos pós-fordistas. Mas, mesmo antes disso, como parte do acordo do pós-guerra, que começou cedo em 1944 com o Acordo de Bretton Woods, a Grã-Bretanha fazia parte de uma economia política maior definida até a década de 1970 por taxas de câmbio semifixas e outras características do que John Ruggie (1982) chamou de “liberalismo incorporado”. Isso, por sua vez, estava intimamente ligado ao papel britânico como aliado americano na Guerra Fria global. Em vez de um ator territorial independente ou autônomo, o Reino Unido era, de fato, tudo menos isso. A soberania era amplamente compartilhada por uma série de atores, públicos e privados, estatais e não estatais, em casa e no exterior.

A segunda opção baseia-se na nostalgia não por uma ilha Grã-Bretanha, mas por um império perdido. Nesta construção, a Grã-Bretanha fez a escolha errada ao se juntar ao que mais tarde se tornaria a UE. Ao invés de buscar uma Grã-Bretanha nacional, a ideia é que, seguindo um *Brexit* bem-sucedido, a Grã-Bretanha possa encontrar seu caminho de volta a algo análogo à sua situação quando era “parte” do Império Britânico. Alguma fusão de soberania clássica e imperialista é vislumbrada. Winston Churchill é frequentemente invocado como o padrinho espiritual deste objetivo, não obstante o fato de que ele sabia como a adjacência da Europa inevitavelmente coloriria o futuro político-econômico da Grã-Bretanha quando a Índia e os Domínios (Canadá, Austrália etc.) alcançassem a independência política. No entanto, um número importante de expoentes do *Brexit* tem flertado com esta ideia geral. Três vertentes podem ser distinguidas analiticamente, mesmo que em termos de vagas alusões que inspiram o capricho retórico dos defensores do *Brexit*.

A primeira é o que tem sido chamado de “o mundo anglófono”. Isso é talvez o mais coerente dos três por ser baseado em uma espécie de ligação cultural que pode incluir os Estados Unidos, bem como outros membros mais recentes do antigo Império Britânico, como Canadá e Austrália. Certamente antecede a recente campanha para deixar a UE e, portanto, tem a história anterior mais consistente. Mas, como sugerem Kenny e Pearce (2018), desde o referendo, a ideia de encontrar parceiros comerciais substitutos para os europeus perdidos, tendeu a dar a essa noção geral uma nova vida. Também pode ser bem-vindo aos compromissos de livre comércio daqueles que podem achar que toda a ideia de ressuscitar um império perdido não deve ser levada muito a sério.

Uma segunda cepa mais vaga repousa na nostalgia de uma reinicialização presumida do império. Deste ponto de vista, o ponto agora deve ser alavancar a grandeza passada em progresso futuro. Isso poderia envolver oferecer algo semelhante a preferências comerciais imperiais, mas também buscar oportunidades além do horizonte, até mesmo se juntando a empreendimentos como a Iniciativa do Cinturão e Rota da China. Seguindo a orientação de Churchill de que: “os impérios do futuro seriam impérios da mente” (Gildea, 2019, p.45), o imperativo aqui é imbuir o futuro com o “espírito” que trouxe o império no passado. A terceira e final cepa concentra-se mais especificamente na instituição da *Commonwealth*, uma organização cada vez mais decadente composta principalmente por ex-colônias e domínios britânicos, além da própria Grã-Bretanha. A ideia aqui é usá-la para criar uma entidade mundial que possa de alguma forma substituir a UE.

As perspectivas parecem pobres, para dizer o mínimo. Como diz seu principal historiador contemporâneo: “a *Commonwealth* é o equivalente em relações internacionais a um remédio homeopático: um grupo de funcionários tão pequeno que é quase invisível quando dissolvido em uma organização de 2,4 bilhões, mas que mesmo assim pode alcançar resultados miraculosos” (Murphy, 2018, p.226-7). Além disso, o esforço que foi feito para transformá-la em uma organização de Estados iguais vai de encontro ao objetivo de torná-la centrada na Grã-Bretanha. Colocar o “britânico” de volta na *Commonwealth* é mais fácil dizer do que fazer (Economist, 2019).

A terceira opção é o que tem sido chamado de “Grã-Bretanha global”. Nesse sentido, a afirmação é de que, por conta própria e com uma ruptura limpa da UE, a Grã-Bretanha pode começar a moldar o mundo novamente como fez no passado (por exemplo, Hunt, 2019). A lógica aqui é de um mercado global no qual a Grã-Bretanha pode se inserir por meio da negociação de acordos comerciais bilaterais e atraindo capital financeiro nos moldes de Singapura. Se, por um lado, isso implica em uma Grã-Bretanha autônoma que pode se ocupar de seus assuntos sem ser impedida por uma Bruxelas intrometida, por outro, implica em um país cada vez mais sujeito a regras e regulamentos que outros com mais “poder de mercado” podem escolher impor sobre ele. É verdade que um eixo EUA-Reino Unido (mais precisamente, um eixo Nova York-Londres) ainda é o fulcro do sistema financeiro global (Fichtner, 2016).

Mas, o papel de Londres nisso dependeu em parte de sua localização dentro da UE. A Grã-Bretanha também tem tido, sem dúvida, uma economia menos centrada na Europa do que a maioria dos outros Estados membros do bloco há muitos anos (Gifford, 2016). Além dessas características existentes da economia britânica, outras

possibilidades, como “fazer seus próprios acordos comerciais”, parecem mais simples do que realmente são. Frequentemente, leva anos para que acordos comerciais sejam concretizados. O protecionismo crescente em todo o mundo, dos Estados Unidos à China e além, torna o prospecto imediato de uma Grã-Bretanha global próspera problemático, de fato. A UE seria uma base muito melhor a partir da qual poderia tentar fazer isso (Rachman, 2019). Participar da iniciativa chinesa BRI, por exemplo, faria mais sentido se a Grã-Bretanha permanecesse organicamente conectada à Europa (Rowley, 2019). O modelo de “Grã-Bretanha global”, no entanto, implica que a Grã-Bretanha possa substituir facilmente um regime de soberania clássico-globalista pelo atual clássico-integrativo que tem com a UE. Até agora, mesmo que as tendências relacionadas ao comércio e ao crescimento talvez não sejam tão ruins como temiam inicialmente os céticos do *Brexit*, ainda há um senso comum de que as possibilidades globais gerais são limitadas e requerem compartilhamento de soberania com outros, incluindo a ainda potente UE (Gudgin et al., 2022; Portes, 2022).

A opção de restabelecer uma soberania britânica territorializada clássica é, pelo menos, o que se supunha que o referendo se tratava. Isso, é claro, não obstante o fato de que recorrer ao referendo popular foi em si uma violação da soberania parlamentar. Seja como for, a ideia de “Retomar o Controle” tem sido cada vez mais associada, especialmente pela direita conservadora, com as outras opções – desde várias vertentes de nostalgia imperial até a Grã-Bretanha global – quando todas elas envolvem “compartilhar” a soberania com outros de alguma forma. Você pode entender o porquê. As perspectivas da Grã-Bretanha como uma economia autárquica fora da Europa, tendo abandonado seus principais parceiros comerciais, exigem algum tipo de alternativa. Ficar sozinho simplesmente não faz sentido.

Conclusão

Em todas as possibilidades para “Retomar o Controle” trazidas à vida pelo referendo de 2016 sobre a saída da Grã-Bretanha da União Europeia, existe uma polaridade ou oposição comum que permeia todas as posições. Como expresso de forma eloquente por Fintan O’Toole (2018, p.15), essa polaridade pode ser vista em: “se a Inglaterra não é uma potência imperial, ela deve ser a única outra coisa que pode ser: uma colônia”. Este é exatamente o sentimento “ou isto ou aquilo” que vemos em outros imbrólios geopolíticos, como o da invasão da Ucrânia pela Rússia (Agnew, 2022).

De fato, assim como no caso russo, a perda do império e a incapacidade de encontrar um papel alternativo assombra a história recente da Grã-Bretanha, assim como o curto período de tempo do fiasco do *Brexit*. A falha em reconhecer que o controle raramente ou nunca é exercido de forma totalmente independente, mas envolve graus de cooperação e colaboração com outros, ou seja, o compartilhamento da soberania, talvez seja a maior falha de todas. No entanto, como tentei mostrar, nenhuma das analogias históricas ou imagens contemporâneas nas quais se baseia a lógica do *Brexit* oferece algo além de algum tipo de futuro de soberania compartilha-

da ou mista. Seja para retornar ao mundo de Bretton Woods dos anos 1950 ou aos vários cenários imperialistas da Anglosfera e assim por diante, ou para a arrogância da *Global Britain*, em nenhum caso há uma possibilidade real para a repatriação territorial totalística de soberania prometida pelo *Brexit*. Esta é a lição do *Brexit* para uma geopolítica clássica essencialista de soberanias territoriais em competição.

Referências

AGNEW, J. **Globalization and Sovereignty: Beyond the Territorial Trap**. Second Edition. Lanham MD: Rowman and Littlefield, 2018.

AGNEW, J. **Vladimir Putin's territorial trap**. Unpublished Paper, presented to the Seminar on War and Sovereignty, University of Paris-Sorbonne, June, 2022.

AGNEW, J.; Corbridge, S. **Mastering Space**. London: Routledge, 1995.

BRANCH, J. Colonial reflection' and territoriality: the peripheral origins of sovereign statehood. **European Journal of International Relations**, v.18, n.2, p.277-97, 2010.

ECONOMIST. 2019. **Don't let the sun go down. The Commonwealth at 70**. 27 April.

EDGERTON, D. **The Rise and Fall of the British Nation: A Twentieth Century History**. London: Allen Lane, 2018.

FICHTNER, J. Perpetual decline or persistent dominance? Uncovering Anglo-America's true structural power in global finance. **Review of International Studies**, v.43, p.3-28, 2016.

GAZIT, O. A Simmelian approach to space in world politics. **International Theory**, v.10, n.2, p.219-52, 2018.

GIFFORD, C. The United Kingdom's Eurosceptic political economy. **British Journal of Politics and International Relations**, v.18, p.779-94, 2016.

GILDEA, R. **Empires of the Mind: The Colonial Past and the Politics of the Present**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

GUDGIN, G. et al. What Impact is Brexit having on the British economy? **Briefings for Britain**, 13 October, 2022.

HICKSON, K.; MILES, J. Social democratic Euroscepticism: Labour's neglected tradition. **British Journal of Politics and International Relations**, v.20, p.864-79, 2018.

HOWLAND, D.; WHITE, L. (eds.) **The State of Sovereignty: Territories, Laws, Populations**. Bloomington IN: Indiana University Press, 2009.

HUNT, J. Britain has been shaping the world for centuries. That won't change with

Brexit. **Washington Post**, 28th March, 2019.

HUTTON, W. The perfect storm. **Prospect**, October, p.38-41, 2022.

JOBSON, R. **Nostalgia and the Post-War Labour Party: Prisoners of the Past**. Manchester: Manchester University Press, 2018.

KENNY, M.; PEARCE, N. **Shadows of Empire: The Anglosphere in British Politics**. Cambridge: Polity, 2018.

KOSKENNIEMI, M. Sovereignty, property, and empire: early English contexts. **Theoretical Inquiries in Law**, v.18, p.355-89, 2017.

MEEK, J. **Private Island: Why Britain Belongs to Someone Else**. London: Verso, 2014.

MURPHY, P. **The Empire's New Clothes: The Myth of the Commonwealth**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

O'ROURKE, K. **A Short History of Brexit: From Brentry to Backstop**. London: Pelican, 2019.

O'TOOLE, F. The paranoid fantasy behind Brexit. **Guardian**, 16 November, 2018.

PORTES, J. et al. **The Economics of Brexit: What have we Learned?** London: Centre for Economic Policy Research, 2022.

RACHMAN, G. Brexiters' delusions on trade die hard: Proponents of 'Global Britain' underestimate how difficult it is to do deals. **Financial Times**, 14th January, 2019.

ROWLEY, A. Britain's quest for a role in China's Belt and Road is a journey to nowhere because of the UK's disconnection from Europe. **South China Morning Post**, 7th April, 2019.

RUGGIE, J.G. International regimes, transactions and change: embedded liberalism in the postwar economic order. **International Organization**, v.36, p.379-415, 1982.

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.